



## Município de Capanema - PR

### PROJETO DE LEI Nº 33, DE 28 de JULHO DE 2020.

Câmara Municipal de Capanema - PR



PROTOCOLO GERAL 263/2020  
Data: 30/07/2020 - Horário: 08:43  
Legislativo

*Altera a Lei Municipal nº 1.608/2017, que dispõe sobre a contratação temporária de profissionais.*

A Câmara Municipal de Capanema, Estado do Paraná, aprovou e o Prefeito do Município de Capanema sanciona a seguinte:

#### **LEI**

**Art. 1º** O art. 2º da Lei Municipal nº 1.608/2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, em caráter excepcional de interesse público os seguintes cargos e número de vagas:*

- I - 05 (cinco) médicos clínicos gerais;*
- II - 06 (seis) enfermeiras;***
- III - 06 (seis) técnicos de enfermagem;***
- IV - 02 (dois) odontólogos;*
- V - 02 (dois) farmacêuticos ou bioquímicos;*
- VI - 02 (dois) assistentes sociais;*
- VII - 01 (um) psicólogo;*
- VIII - 02 (dois) técnicos em radiologia;*

*§ 1º A jornada de trabalho dos profissionais mencionados no inciso I poderá ser de 20 horas ou de 40 horas semanais, conforme previsto no contrato de trabalho, respeitada a remuneração proporcional.*

*§ 2º A jornada de trabalho dos profissionais mencionados nos incisos II a VII será de 40 horas semanais.*

*§ 3º A jornada de trabalho dos profissionais mencionados nos incisos VIII será de 20 horas semanais.*



## Município de Capanema - PR

---

*§ 4º A remuneração dos profissionais mencionados nos incisos I a VIII será o valor previsto em lei municipal como inicial para os respectivos profissionais de carreira do Município.”*

**Art. 2º** O parágrafo único do art. 8º da Lei Municipal nº 1.608/2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Parágrafo único. É admitida a prorrogação dos contratos pelo prazo necessário à superação da situação de emergência nas secretarias, desde que não exceda a 24 meses.”*

**Art. 3º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 1.723/2020 de 27 de janeiro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capanema, Estado do Paraná, aos 28 dias do mês de julho de 2020.

Américo Bellé

*Prefeito Municipal*



## Município de Capanema - PR

### Exposição de Motivos ao Projeto de Lei 33/2020

**Excelentíssimos Senhores Membros  
da Câmara Municipal de  
Capanema – PR.**

Valemo-nos da presente mensagem para, nos termos do artigo 123, IV, da Lei Orgânica do Município de Capanema, encaminhar o Projeto de Lei nº 33/2020, em anexo, para apreciação e aprovação dos nobres Edis, se assim o entenderem.

O projeto de lei em epígrafe tem por escopo, contratar temporariamente, em virtude da Pandemia causada pelo novo corona vírus (Covid-19), novos servidores temporários para suprir os que, atualmente, estão de licença, seja maternidade ou por enfermidade.

Sabemos que o número de casos da doença vem aumentando no Município, ao passo que nosso contingente de pessoal para o enfrentamento tem enfrentado baixas. Para tanto, precisamos, com o aumento do número de enfermeiros e técnicos em enfermagem, sanar a discrepância que está ocorrendo entre a redução do número de servidores e o aumento de número de casos da doença. Tendo em vista, também, que as outras áreas da saúde não podem ser negligenciadas, portanto, sendo inviável o manejar de pessoal.

Em se tratando de saúde pública, vislumbramos a impossibilidade de aguardar o provimento de cargos efetivos, pois o processo de concurso público é longo e os munícipes não podem ter sua saúde colocada em risco por causa disso. E é justamente pela gravidade da situação enfrentada, é que será reaproveitado o PSS já em vigor, para preenchimento destes cargos os quais essa municipalidade necessita.

Ademais, busca-se aumentar em dois o número de cargos de enfermeiros e técnicos em enfermagem, portanto, de 4 (quatro) enfermeiros e 4 (quatro) técnicos em enfermagem, para 6 (seis) enfermeiros e 6 (seis) técnicos em enfermagem.

Derradeiramente, cumpre informar que esta contratação, quanto ao tempo de feitura, vai ao encontro da legislação das eleições. Vejamos.

*Lei 9.504/1997 – Estabelece normas para as eleições.*

*Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:*

*V - nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios*



## Município de Capanema - PR

---

*dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, ex officio, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, nos três meses que o antecedem e até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados*

*:d) a nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo;*

Neste interim, requer aprovado a autorização para contratação temporária destes servidores, para que a garantia de saúde pública seja coberta, assim, realizando a manutenção e continuidade da prestação de serviços públicos de saúde garantida à toda população.

Atenciosamente,

Américo Bellé  
Prefeito do Município